

PROJECTO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

Data: 10/12/2018

ASSUNTO: FORNECIMENTO DE GÁS PROPANO PARA OS EDIFÍCIOS MUNICIPAIS

Por despacho do Presidente da Câmara, datado de 03 de dezembro de 2018, no âmbito da sua competência própria para autorização de despesas, foi autorizada a contratação em referência, em conformidade com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, e no artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos (doravante, CCP).

Deu-se início ao procedimento por Consulta Prévia, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, e em conformidade com o previsto no do n.º 1 do artigo 62.º do mesmo diploma legal com convite às seguintes empresas:

| |
|--------------------------------------|
| Repsol Gás Portugal, S.A |
| Petróleos de Portugal Petrogal, S.A. |
| Cepsa Portuguesa Petróleos, S.A |

Apenas a firma **"Repsol Gás Portugal, S.A"** apresentou proposta, através da plataforma eletrónica, no dia 06 de dezembro 2018 às 14h:44m, respeitando o prazo definido para o efeito no convite.

De acordo com o definido na cláusula 2.ª do Caderno de Encargos, bem como do ponto 10 do convite, o preço base do presente procedimento é de **Trinta e nove mil, quatrocentos e treze euros e quarenta cêntimos (39.413,40 €)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade Adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

O valor global da proposta apresentada é **Trinta e dois mil, seiscientos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos (32.662,50 €)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

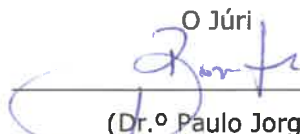
Analizados os documentos e elementos que instruem a proposta, verificou-se que os mesmos foram entregues em conformidade com o legalmente definido nas peças do procedimento, pelo que não foi necessário solicitar quaisquer esclarecimentos para efeitos de análise da proposta, ao abrigo do artigo 72.º do CCP.

Tendo em consideração o critério de adjudicação definido no ponto 11 do convite, o preço base definido na cláusula 2.ª do caderno de encargos e o valor da proposta, conclui-se que esta respeita os limites impostos para efeitos do artigo 47.º do CCP.

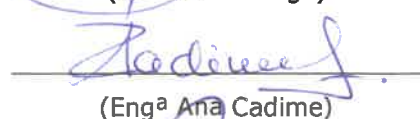
Propõe-se:

- Ao abrigo do disposto no artigo 73.º, do CCP a adjudicação do fornecimento à firma "Repsol Gás Portugal, S.A", com sede em Lisboa;
- Nos termos do estabelecido na alínea a), do nº 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e de acordo com o disposto no artigo 125.º do CCP, autorização para a realização da despesa, no valor de **Trinta e dois mil, seiscientos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos (32.662,50 €)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e em conformidade com o estipulado no caderno de encargos e na proposta apresentada.

O Júri



(Dr.º Paulo Jorge)



(Eng.ª Ana Cadime)



(Américo Baía)